

# TURISMO E TRÓPICO-ÚMIDO

## O Exemplo da Amazônia Brasileira

Antonio Rocha Penteadó<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo focaliza o trópico-úmido da Amazônia Brasileira e sua originalidade: um domínio tropical florestado, ocupado por uma pequena população e com possibilidades de desenvolvimento do turismo sustentável, desde que se evitem sérios impactos ambientais e se mantenham os níveis desejáveis da carrying capacity, o que evidencia a necessidade de estudos por equipes interdisciplinares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo e Trópico; trópico-úmido; Amazônia Brasileira; carrying capacity; pesquisas interdisciplinares.

*ABSTRACT: This paper is intended to point out the originality of the humid-tropic Brazilian Amazon. This area is occupied by a tropical rain forest and inhabited by a small population and presents a great possibility of tourism development. To avoid serious environmental impacts and to respected the regional carrying capacity there is a great necessity of interdisciplinary studies and researches.*

*KEYWORDS: Tourism and trópico; humid-tropic; Brazilian Amazon; carrying capacity; interdisciplinary researches.*

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo das áreas tropicais da Terra vem sendo conduzido por uma série de geógrafos de diferentes países e de diversas escolas do pensamento geográfico.

Se para os geógrafos ingleses a palavra *tropics* designa, de um modo geral, toda a cintura intertropical do globo, para os colegas franceses e

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
End. para corresp.: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Departamento de Geografia - Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil.

alemães há que distinguir dentro dela, quadros e paisagens perfeitamente individualizados e, até mesmo, antagônicos, como aqueles constituídos pelos desertos quentes e arenosos, pelas altas cadeias montanhosas, pelas savanas de diversos tipos e, ainda, pela variedade de florestas tropicais (AMARAL & AMARAL, 1988:1-2).

A maior parte dessa faixa intertropical é caracterizada por dois elementos: as temperaturas elevadas do ar e o alto teor de umidade atmosférica que determinam a predominância de climas quentes sem inverno e sem aridez (PENTEADO, 1961-1962). É dentro dessa faixa de clima tropical-úmido que se situa todo o conjunto das terras pertencentes à Amazônia Brasileira (PENTEADO, 1958-1959).

## 2 TRÓPICO-ÚMIDO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O trópico-úmido na Amazônia Brasileira possui duas características que lhe imprimem marcante originalidade: um vasto domínio geográfico-ecológico tropical florestado e constitui uma das últimas fronteiras da humanidade (PENTEADO, 1992).

Como domínio tropical florestado, se desenvolve numa área onde predominam temperaturas médias anuais que variam entre 25 e 27°C e um total anual de chuvas sempre superior a 1600mm, chegando a ultrapassar 3000mm no litoral norte do Amapá e noroeste do Estado do Amazonas. Convém, ainda, acentuar que o regime pluviométrico se distribui de tal maneira que, na região como um todo, são poucos os meses em que se registram menos de 60mm de chuva e há, até mesmo, locais em que a estação seca não existe.

Esse domínio tropical florestado atinge, atualmente, uma área que pode ser calculada entre 2,5 e 3 milhões de km<sup>2</sup> de extensão, e não como é erroneamente divulgado: a maior área de florestas contínuas do mundo. Não ocupa, também, o espaço que se confunde com a divisão político-administrativa denominada região Norte, e tampouco com áreas de planejamento governamental, como é o caso da Amazônia Legal.

A partir do século XVIII, esse vasto domínio tem sido muito estudado por naturalistas, dentre eles botânicos e zoólogos, entre os quais (muito embora não tivesse penetrado em território atualmente brasileiro), por Alexander von Humboldt (1769-1859), que impressionado com a heterogeneidade e exuberância da vida orgânica vegetal dessa cobertura florestal, deu-lhe o nome de Hiléia. Aqui se encontram as origens da tão decantada biodiversidade que, como se nota, já possui quase 200 anos de existência científica (HUMBOLDT, 1950).

A vasta cobertura florestal desse domínio geográfico-ecológico perde em extensão para o da Taiga, mas vence essa pela enorme quantidade de espécies nela encontradas. Essa pujança do meio ambiente, em que a Hiléia vive, deu origem a diferentes tipos de matas tropicais. Entre as quais a mata de várzea, a de igapó e a de terra-firme são as mais conhecidas (BATISTA, 1976).

As duas primeiras, devido a sua localização geográfica (sempre às margens de rios, paranás-mirins, várzeas e lagos), são as mais visitadas pelos turistas, uma vez que se situam em locais de acesso relativamente fácil. Não possuem árvores muito altas nem muito frondosas, mas contêm muitas palmeiras, cipós e epífitas. A mata de várzea, especialmente, por receber diretamente os raios solares possui em seus limites, junto aos rios e clareiras, um denso sub-bosque que fornece ao viajante menos avisado a falsa idéia de ser impenetrável e certos guias a apresentam como tal, como se ela fosse a verdadeira e única selva amazônica.

Já a mata de terra-firme, sempre a salvo das enchentes e das inundações, ocupa a maior parte do domínio tropical florestal amazônico: escura e sombria, úmida e abafada, monótona e desconcertante, possui as maiores árvores da Amazônia e as melhores madeiras de lei (PRANCE, 1989:78). É, em grande parte, uma vegetação primária e se constitui no melhor exemplo de sertão, onde o homem é escasso ou se resume a umas poucas vilas e povoados, ou a alguns barracões perdidos e isolados nos altos formadores de tributários dos rios principais, normalmente localizados em pontos de confluência fluvial.

Isto significa que qualquer atividade do denominado turismo ecológico ligada a *trekking* ou “escalaminhadas” que possa ser praticada ou a simples observação da fauna e flora (TULIK, 1992) só podem ser realizadas com a contratação de experimentados guias ou “mateiros” sem o que, sempre existe, além de outros, o perigo dos participantes se perderem na floresta e nela não sobreviverem (SILVA, 1970).

É necessário frisar que o vasto domínio ecológico tropical florestado tem suas próprias defesas contra os impactos provocados pelo homem. O clima quente e úmido é responsável pela formação de condições ambientais que favorecem a proliferação de insetos, aracnídeos, animais peçonhentos etc. Os preceitos da medicina tropical devem ser postos em prática para evitar conseqüências desagradáveis e desastrosas. Nesse particular, e ainda sobre outros temas e problemas da Amazônia Brasileira, já existe excelente bibliografia, devidamente catalogada e publicada há mais de duas décadas, o que auxilia a realização de qualquer evento de tal natureza que se queira realizar na grande região (CNPq-IBBD-INPA, 1963 e 1972).

Esse quadro do domínio florestal tropical é completado por algumas áreas de campos limpos e cerrados, das quais duas têm grande significado para o turismo, pelo contraste que apresentam com as paisagens florestais dominantes. São os campos de Marajó, que ocupam a porção oriental e central da ilha homônima, e os campos do rio Branco, situados em porções do centro e do norte de Roraima, como também os cerrados do norte de Mato Grosso e Tocantins.

Os primeiros se estabeleceram em áreas de clima quente e úmido e são dominados por vastas extensões de pastagens naturais e baixadas alagadiças, onde os rios têm o escoamento de suas águas dificultado pelo insignificante gradiente de seus cursos, ocasionando a formação de lagoas temporárias e de águas emendadas; por isso suas fazendas de gado possuem boa predisposição para a criação de bubalinos. Somente esse fato justificaria um belo roteiro por Marajó, suas fazendas e currais, suas pequenas vilas e sedes municipais, através de um sobrevôo que teria por base, Belém.

Já os campos cerrados, situam-se em certas áreas meridionais e setentrionais limítrofes do grande domínio florestal tropical da Amazônia Brasileira e em zonas onde a estação seca vai se tornando cada vez mais pronunciada à medida que dele se afasta rumo ao Brasil Central ou às fronteiras setentrionais com a Venezuela. Nessas áreas a floresta tropical vai cedendo seu espaço, gradativamente, ao cerrado; e, principalmente na periferia meridional, as queimadas praticadas pelo homem agem como poderosas aliadas na alteração dos limites floresta-savana.

Qualquer roteiro aéreo ou terrestre mostra aos turistas estas paisagens tão distintas que existem dentro do trópico-úmido da Amazônia Brasileira, uma vez que a vegetação primitiva reflete, quase sempre, as condições geocológicas reinantes numa região.

Mas, há outros elementos dos quadros naturais a serem considerados conforme as macropaisagens e o comportamento do trópico-úmido em estudo (PENTEADO, 1992). No caso presente, há de levar em consideração o rio Amazonas e sua vasta bacia hidrográfica, além de outras menores mas, nem por isso, menos importantes (como, por exemplo, a do Tocantins- Araguaia).

Só o Amazonas, com seus 3 mil km de extensão em território brasileiro amazônico (e quase outro tanto fora do Brasil) e uma extraordinária rede de afluentes e sub-afluentes que drenam, no Brasil, mais de 4,5 milhões km<sup>2</sup>, sendo que 2 milhões km<sup>2</sup> estão fora do domínio florestal tropical, constitui um elemento de notável importância. Por isso, toda a água que converge para a calha do Amazonas atinge em Óbidos uma descarga superior a 210.000 mil m<sup>3</sup>/s (DNPM, 1964), ou seja, cerca de 12,6 milhões m<sup>3</sup>/min, 756 milhões m<sup>3</sup>/h e 18,1 milhões m<sup>3</sup>/dia, o que significa um quinto do débito de todos os rios da Terra. Não há turista, portanto, que não queira conhecê-lo.

Digno de nota é o fato de que o rio Amazonas, no Brasil, tem um gradiente de apenas 20mm/k; seu caudal resulta da enorme quantidade de água que recebe de seus tributários; assim, o espelho d'água está quase sempre em condições de acessibilidade para embarcações de grande calado, mesmo transatlânticos que podem chegar a Manaus, e até mesmo atingir Iquitos (Peru), já fora das fronteiras ocidentais da Amazônia Brasileira.

Esta extraordinária rede hidrográfica junta-se à presença do domínio florestal tropical para imprimir à Amazônia Brasileira outra de suas vocações: a hidrofília, graças ao papel que sempre representaram os rios nessa região do Brasil, quer como via de penetração e de circulação local e regional, quer como fonte abastecedora de água, quer como fornecedora de alimento (sobretudo peixes), quer como via de circulação de riquezas básicas da economia regional (especialmente borracha, madeiras e gêneros alimentícios), quer como elemento de uma enorme função geográfico-social.

A importância de rede hidrográfica foi e continuando sendo tão grande, que a noção da distância entre dois pontos é comumente referida em termos do tempo de duração da viagem fluvial e não em razão das léguas ou quilômetros que os separam. Para o turista menos acostumado à vida na Amazônia Brasileira, isto pode parecer muito estranho; mas é preciso lembrar que na densa rede fluvial muitos rios e igarapés percorrem extensas planícies aluvionais onde divagam entre os diques marginais mais elevados do que as várzeas onde se situam e, então, são percorridos largos trechos ocupados por sinuosos meandros até atingir o ponto almejado, quando não existe uma passagem natural, ou seja, um “furo”, que encurta o tempo a ser gasto para vencer o percurso desejado.

Isto faz parte da paisagem do trópico-úmido da Amazônia brasileira que o turista não percebe, porque a falta de tempo para realizar tais viagens impede que se possa mostrar, mais detidamente, como vivem e convivem o homem e o meio em tal região do Brasil (MAIA, 1963).

Todo esse conjunto do domínio tropical florestado do trópico-úmido da Amazônia Brasileira difere de outras áreas do mesmo trópico localizadas em território da África e do Sudeste Asiático. Na primeira, o continente é quente e pouco ventilado; dois grandes desertos ali se encontram, ao norte e ao sul da região de florestas tropicais da África Central: o Saara e o Calaari. Na segunda, o continente muito recortado possui uma série de ilhas e penínsulas banhadas pelas águas do Índico e do Pacífico, onde o clima de monção imprime-lhe características muito diferentes daquelas existentes na Amazônia, cuja planície de inundação fez com que ficasse até conhecida como “um oceano de águas doces cortado e dividido pela terra”. (AGASSIZ & AGASSIZ, 1938)

Tais quadros da natureza tropical, sem citar aqueles que resultaram da gênese das atuais massas continentais com todas as suas repercussões, geraram condições muito diversas para o estabelecimento do homem. A presença humana nos trópicos úmidos é muito antiga e se distingue pela existência de vestígios ou de elementos materiais e culturais milenares, conseqüências de civilizações estabelecidas e desenvolvidas por populações numerosas, especialmente no Sul e Sudeste da Ásia (GOUROU, 1966).

Na Amazônia Brasileira, entretanto, o trópico-úmido não se destaca pela sua elevada população. A característica original contrastante com a exuberância da natureza é a pequena expressão de seu contingente demográfico.

Se, a natureza do trópico-úmido foi pródiga em terras de origem vulcânica, múltiplas planícies fluviais e um litoral extremamente recortado com grande número de ilhas e penínsulas, pequenas baías e golfos facilitando o acesso marítimo àquelas regiões, no caso da natureza amazônica aconteceu exatamente o contrário, ou seja, ela ofereceu ao homem um bloco maciço de terrenos estabilizados, com mínimas ocorrências de rochas e solos ligados a vulcanismo, e uma vasta bacia de sedimentação com cerca de 1,6 milhões km<sup>2</sup>, constituída em grande parte por argilas terciárias, tendo dentro dela embutida uma planície de inundação ocupada pelos modernos sedimentos das várzeas que acompanham o leito maior do rio Amazonas e parte dos baixos cursos de seus mais expressivos afluentes, ocupando apenas e aproximadamente 100 mil km<sup>2</sup> da citada bacia sedimentar.

Ocorre que ao norte e ao sul da mencionada bacia de sedimentação se encontram dois territórios de idade geológica muito antiga e que por serem muito resistentes, pela natureza das rochas que os constituem, especialmente gnaiesses e granitos entre outras, são denominados escudos, respectivamente, das Guianas e Sul-Amazônico.

O dorso desses escudos foi arrasado pela ação da erosão dos agentes subaéreos, através das épocas geológicas, de tal forma que, ainda mais por estarem recobertos pela densa floresta tropical da denominada mata de terra-firme, não se destacam do ponto de vista altimétrico e se confundem com o nível dos topos mais elevados dos terrenos existentes na bacia de sedimentação, geralmente situados em torno de 200 a 300m de altitude; só se percebem com nitidez os limites entre tais províncias geológicas quando se remontam os afluentes do rio Amazonas e se encontram corredeiras e cachoeiras, cujo conjunto formam, de leste para oeste da Amazônia, duas faixas constituindo as *fall-zones* muito conhecidas por todos os que utilizaram, ou ainda se utilizam da navegação fluvial para seus deslocamentos ao longo da calha do grande rio.

Dessa situação decorrem alguns fatos muito importantes para a compreensão da realidade demográfica da Amazônia Brasileira: os rios

foram as vias naturais de penetração e orientaram as correntes de povoamento, resultando na configuração atual da distribuição hoje presente no espaço amazônico; ao mesmo tempo, os rios não foram capazes de construir várzeas ricas, a não ser em húmus, decorrentes da decomposição da cobertura florestal, uma vez que os elementos minerais originários das rochas dos escudos, já mencionados, só poderiam dar motivo ao aparecimento de solos pobres e ácidos, ao contrário do que ocorreu com os solos básicos de origem vulcânica de muitos trechos da Ásia de Sudeste (RIBEIRO, 1972).

Assim sendo, não é difícil compreender as diferenças populacionais encontradas quando confrontamos a Amazônia Brasileira com outras porções do trópico-úmido: o Amapá possui 2 habitantes por km<sup>2</sup> e é duas vezes maior que o Ceilão, cuja densidade demográfica supera 200 habitantes por km<sup>2</sup>; o Amazonas, pouco menor que a Indonésia, possui a densidade demográfica de 1,34, e esta última, mais de 70 habitantes por km<sup>2</sup>.

Outro índice importante para o turismo refere-se à relação entre população urbana e população total na Amazônia Brasileira: dos 10 milhões de habitantes da Região Norte, 58% viviam em áreas denominadas urbanas. Em alguns Estados dessa região o índice é muito elevado: 71,4% no Amazonas; 80,9% no Amapá; 64,6% em Roraima; 61,8% no Acre; 58,2% em Rondônia; 57,7% no Tocantins; e 50,4% no Pará.

A somatória de todas as considerações que foram feitas demonstram, cabalmente, o despovoamento do espaço do trópico-úmido amazônico; além do sentido geopolítico e geoestratégico (PENTEADO, 1988) que isto significa, está constatado, uma vez mais que esse espaço, que indubitavelmente nos pertence, é uma das últimas fronteiras da humanidade que se distribui no Planeta Azul de forma descontrolada e de maneira irregular gerando, continuamente, mais problemas e menos soluções, em suas diversas latitudes, continentes, regiões e sub-regiões.

A par dessa constatação já se estima que o turismo deverá trazer para o Brasil uma razoável renda nesses próximos anos; mas, ainda é muito reduzida a estimativa feita em relação ao turismo interno e receptivo no trópico-úmido da Amazônia Brasileira.

Resta saber o que fazer e como fazer para aproveitar, devidamente, o enorme potencial turístico do trópico-úmido da Amazônia Brasileira, onde há muito que investir e onde se necessita, basicamente, de uma política e estratégia de marketing turístico interligadas a um planejamento global de toda problemática do turismo. Isto exigirá, sem dúvida, a constituição de equipes interdisciplinares (REJOWSKI, 1993) para o encontro de alternativas viáveis para a solução de todas as questões pertinentes a este tema.

Para tanto, acrescentamos as nossas impressões sobre o assunto deste artigo, como resultado de uma vivência e convivência amazônica que se

aproximam de 50 anos de sistemáticas observações e pesquisas efetuadas em sucessivas épocas e em distintas estações do ano, durante inúmeras viagens realizadas às mais diversas áreas do trópico-úmido da Amazônia Brasileira, que possui territórios colocados ao norte e ao sul da linha equatorial e por isso mesmo sujeitos a regimes pluviométricos bem marcados pelo antagonismo existente entre seus respectivos períodos, mais ou menos chuvosos, ou seja, “invernos” e “verões” amazônicos.

### 3 TURISMO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A primeira impressão que tivemos do turismo na Amazônia Brasileira data de 1948, quando iniciamos nossos contatos com a região, depois de uma demorada viagem aérea de São Paulo a Belém, com dois pernites sucessivos no Rio de Janeiro e em Recife, uma vez que só se voava para o Norte com a luz do dia e acompanhando a costa do Brasil. Com mais um pernoite em Belém e outro vôo diário seguindo o curso do rio Amazonas era possível chegar a Manaus; portanto, eram três dias de viagem aérea para se atingir Belém e quatro, para se alcançar Manaus.

Não havia nenhum turista a bordo da aeronave: além de algumas famílias, várias religiosas, alguns militares e uns poucos caixeiros-viajantes representando firmas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, seguiam quatro geógrafos (três da Universidade de São Paulo e um do extinto Conselho Nacional de Geografia).

Em 1948 Belém era uma cidade com recursos limitados, inclusive no que se referia às condições de hospedagem, saneamento básico, alimentação, transportes, energia elétrica (tanto pública como domiciliar); era a metrópole da Amazônia, um grande centro comercial redistribuidor e controlador das riquezas regionais graças à sua excepcional posição geográfica (PENTEADO, 1948).

A cidade possuía seus atrativos e um único e magnífico hotel - o sempre lembrado Grande Hotel, procurado pelos viajantes mais abastados, ponto de pernoite de tripulações de aeronaves, local preferido pelos gourmets e onde se saboreavam deliciosos sorvetes. Naquela época, como poucas ruas eram iluminadas, as lanternas-de-pilhas se tornavam tão importantes quanto os guarda-chuvas, como parte integrante do necessário à vida diuturna de seus habitantes.

Belém, a maior cidade do trópico-úmido, embora isolada do restante do país por deficiência das vias de acesso, possuía inegáveis atrativos e nela, em sua região imediata, se desenvolvia um espírito de recreação e lazer muito apropriado aos habitantes de uma aglomeração urbana tipicamente tropical.

O mesmo acontecia com Manaus, cujo isolamento era ainda maior e essa tendência se constituía num traço marcante dos hábitos de sua população.

O turismo habitual era tradicionalmente ligado à procura de locais mais aprazíveis para passar os dias mais quentes; fugir do calor, procurar lugares sombreados e ventilados e, na ausência de praias oceânicas, substituí-las por banhos nos rios ou nos igarapés tornou-se um hábito muito difundido. Isto tornou-se generalizado, portanto habitual. Relatado por muitos viajantes que percorreram a Amazônia nos séculos XVIII e XIX, este hábito pode ser considerado como uma das raízes dos atrativos do turismo regional.

Essa atitude fez com que aumentasse a procura de áreas imediatas às grandes cidades para serem ocupadas por propriedades cujos donos residiam em centros urbanos mais próximos. No passado essas áreas eram denominadas “rocinhas” e, depois, passaram a ser conhecidas como “vivendas” “retiros” ou “granjas”. O fenômeno é muito conhecido, exatamente, junto a Belém e Manaus onde, hoje, já se tornam freqüentes a presença de áreas rurais ocupadas para o uso de segunda-residência.

O constante deslocamento populacional para essas áreas próximas das cidades amazônicas criou, em certos casos, uma expansão urbana pouco ordenada; valorizou, artificialmente, o custo das terras e diversos empreendimentos imobiliários vieram substituir antigas zonas agrícolas em decadência ou semi-abandonadas.

O caso citado da segunda-residência ainda permanece repercutindo velhos hábitos regionais, como a procura dos banhos onde existem praias arenosas de alguns rios ou, então, nas águas de sombreados igarapés.

Neste particular, o que se passa próximo a Belém com a procura da ilha do Mosqueiro é expressivo. A ilha, hoje ligada ao continente por uma ponte, assiste ao recrudescimento do turismo consideravelmente aumentado e criando outros problemas com a ocupação de diversas praias fluviais para os banhistas e, conseqüentemente, favorecendo o aparecimento de novos empreendimentos imobiliários.

O mesmo se repete em Manaus com as áreas localizadas no rumo da Ponta Negra, ao longo do rio Negro ou com aquelas junto ao eixo da rodovia para Itacoatiara, locais onde muitos são os que se aproveitam dos “banhos-de-igarapé”.

Todavia, o turismo habitual que se confundia em suas origens com o lazer e a recreação, devido a sua espontaneidade, possuía um outro atrativo: os parques e os jardins públicos que se destacavam nos planos urbanísticos concebidos no período áureo da borracha para Belém e para Manaus, as duas maiores cidades da Amazônia, nas quais os elementos sombreamento e água estiveram sempre presentes.

A estes elementos juntavam-se outros, como os bem cuidados viveiros de plantas e biotérios dos museus, entre os quais o mais conhecido é o Museu Paraense “Emílio Goeldi”, e as paisagens urbanas das diferentes épocas vividas e retratadas pelas cidades, desde os espaços bem marcados pelas igrejas, conventos e colégios e por aqueles que abrigavam a arquitetura de vastos e vetustos edifícios destinados à administração da então colônia até o casario que representava a época do esplendor econômico da borracha e que alcançou o auge de sua plenitude com a construção do Teatro Amazonas, em Manaus, e do Teatro da Paz, em Belém,

Até esse momento o turista ainda era considerado mais como um visitante. Percorria lugares a pé, os percursos mais longos em carros à tração animal e posteriormente utilizando transportes coletivos ou veículos motorizados, e complementava seu passeio com um roteiro fluvial pelas praias das cidades e, no caso de Manaus, indo ao encontro das águas, a célebre confluência dos rios Negro e Amazonas.

Pouco mais se oferecia ao visitante nesse período após a Segunda Guerra Mundial e que se prolongaria pela década de 50. As duas maiores cidades da Amazônia continuavam a se destacar pelo crescente setor terciário: o comércio atacadista e varejista, os bares e restaurantes, os pequenos e médios hotéis e pensões, as atividades ligadas à prestação de serviços de reparação em geral, resistiam como principais meios de subsistência das respectivas populações urbanas, sem citar, naturalmente, aqueles que dependiam da presença de suas áreas portuárias.

Poucas eram as indústrias; mesmo assim, a de alimentos (massas e doces), a de produtos de higiene (sobretudo sabão e sabonete), a de artefatos de couro de jacaré (cintos, bolsas etc.) além daquela ligada ao aproveitamento de raízes e plantas aromáticas nativas da Amazônia (patchuli, por exemplo), eram procuradas também pelos visitantes e, junto com alguns artefatos da arte indígena (ou pseudo-indígena) eram as fornecedoras de elementos para um variado, mas ainda incipiente comércio de souvenirs ao qual se juntavam outros mais rústicos mas não menos apreciados, como os bastões de guaraná, a língua seca do pirarucu, pássaros e pequenos animais empalhados, arcos e flechas enfeitados com penas coloridas, bandejas e quadros adornados com asas de borboletas ...

Eram esses quase todos os produtos que o trópico-úmido oferecia à população e que poderiam ser transformados em souvenirs; mas, resta lembrar, ainda, o papel que a cozinha regional representava quando o uso generalizado dos peixes e dos quelônios na alimentação não se constituía em ameaça à extinção de espécies da fauna amazônica. Este é um aspecto pouco explorado, uma vez que há muitos anos, o pirarucu, o tucunaré, o tambaqui, a tartaruga e a mussuã, entre outros se tornaram pratos prediletos da cozinha

da Amazônia e eram capazes de satisfazer aos mais exigentes viajantes e gourmets que ainda tiveram a oportunidade de degustar também, um elevado número de plantas comestíveis da região (CAVALCANTE, 1976), muitas das quais básicas para o preparo de doces, sucos e sorvetes. Além dessas, outras mais, como a maniçoba e o pato-no-tucupí, para não citar uma série de quitutes variados, enriqueciam refeições verdadeiramente pantagruélicas...

Tudo isso se fazia de acordo com o calendário de festas religiosas, fato muito comum em toda a Amazônia Brasileira, desde os eventos de grande concentração de população, como a festa do Círio de Nazaré em Belém, até as mais modestas celebrações dedicadas aos padroeiros das vilas e cidades do interior dos Estados da região.

Há que se destacar, ainda, a existência de muitas outras festividades do rico folclore amazônico que até hoje não foram devidamente aproveitadas como atrativos a serem considerados na elaboração de um eficaz calendário turístico, salvo alguns casos verdadeiramente excepcionais de relativa expressão e cunho regional e local interessando, por isso mesmo, a um turismo interno espacialmente muito limitado, o que se explica, também, pela dispersão demográfica ao longo dos rios e pelas dificuldades de comunicação e de recepção de maiores fluxos de turistas.

O quadro oferecido pelo que denominamos turismo habitual, não desapareceu e resistindo às pressões do turismo moderno que se desenvolveu na Amazônia, sobretudo a partir da segunda metade da década de 50, com ele passou a conviver.

O que está sendo considerado neste artigo como turismo moderno é uma outra forma de tratamento dado às atividades turísticas na Amazônia Brasileira, tanto no que se refere ao turismo interno como ao receptivo, como consequência de uma série de medidas de natureza administrativa, política, socioeconômica que acabaram criando uma nova mentalidade visando o planejamento, a organização e o controle das ações governamentais na região, e que acabaram repercutindo nas atividades turísticas.

Entretanto é necessário destacar que coube à iniciativa privada o esforço pioneiro de dotar a Amazônia Brasileira dos recursos necessários de uma incipiente infra-estrutura no setor de hospedagem e alimentação, com a construção de vários hotéis que vieram substituir os velhos edifícios destinados a esta finalidade e que se achavam em franca decadência nas duas maiores cidades amazônicas ou que, até mesmo, tinham fechado suas portas por terem se tornado antieconômicos, como foi o caso do Grande Hotel de Belém.

É dessa época e da década seguinte o aparecimento de alguns hotéis associados ou não a empresas de transportes aéreos, como o Hotel Amazonas em Manaus, cuja imagem publicitária colocava-o como localizado às mar-

gens da floresta tropical, quando na realidade se achava, e ainda se encontra, encravado no velho centro comercial de Manaus a pouco mais de duas quadras de seu velho porto.

Este hotel teve grande importância na década de 60, quando a Zona Franca de Manaus (criada em 1957) já se encontrava em plena atividade comercial e estimulada por uma política de incentivos fiscais do governo brasileiro se transformava, em 1967, na Superintendência da Zona Franca de Manaus, o que reativou seu centro comercial e motivou a implantação do distrito agropecuário e industrial, passando a ocupar uma área com cerca de 10 mil km<sup>2</sup> de extensão.

A população das principais cidades aumentava graças à migração rural-urbana (MELO & MOURA, 1990), sendo que Belém e Manaus foram os centros urbanos que mais cresceram na Amazônia Brasileira. Elas passaram a conviver com gente de fora e não apenas com alguns poucos viajantes ou representantes comerciais de outras praças do Brasil ou do Exterior, mas também com turistas (PENTEADO, 1968).

Foi nessa última década citada, a de 60, que as comunicações da Amazônia Brasileira com o resto do país foram sensivelmente alteradas: a Leste, em 1965, uma estrada de rodagem ligou Belém a Brasília; a Oeste, em 1967, outra estrada colocou em comunicação Cuiabá com Porto Velho.

O aumento de facilidades de circulação terrestre criou novas oportunidades para se conhecer a Amazônia Brasileira. Nessa época houve uma verdadeira febre de construção de hotéis de várias qualidades, não somente nas duas grandes capitais do Norte, mas também em Santarém, Porto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá.

As operadoras de turismo descobriram a rota da Amazônia, e os pacotes turísticos começaram a se tornar cada vez mais atraentes e mais frequentes na mídia dos grandes centros emissores de fluxo turístico do Sudeste e do Sul do Brasil. Visitar a Amazônia, ver a grande floresta tropical, realizar compras na Zona Franca de Manaus, hospedar-se numa rede de hotéis mantida por uma companhia de aviação comercial, ver o encontro das águas; tudo aproveitando os fins-de-semana prolongados graças aos numerosos feriados (Carnaval, Semana Santa, Semana da Pátria) ou férias escolares, transformou-se numa prática convidativa.

A redução do tempo gasto, graças aos progressos da tecnologia dos meios de transporte, tornou-se muito favorável às viagens mais longas (que diferença com aquela viagem realizada à Amazônia em 1948, citada anteriormente).

Só algumas companhias de navegação marítima nacionais ou estrangeiras teimaram em realizar viagens à Amazônia Brasileira. Estariam elas erradas na sua concepção de turismo em trópico-úmido? Ou não mais se

realizam tais viagens por um erro de marketing? Ou será que ninguém tem mais tempo disponível para tanto? Ou outros atrativos estão suplantando o interesse pela Amazônia Brasileira?

Mesmo assim, a iniciativa privada ainda permanece viva na grande região como comprovam a existência de pequenas agências e operadoras de turismo em seus grandes e médios centros urbanos, a expansão da rede de hotéis e de outros meios de hospedagem, a disseminação de restaurantes, lanchonetes e sorveterias, e as excursões e os roteiros de pequena duração, além de alguns empresários que se dedicam à exploração do turismo construindo alojamentos em áreas de mata-de-várzea, nos tesos e diques marginais de alguns igarapés que garantem acesso relativamente fácil.

Tudo isso já foi preparado para o turista; não se trata de atendimento de pessoal acadêmico ou de profissionais que, realizando as mais diversas pesquisas, já vinham e continuam percorrendo a Amazônia Brasileira em diferentes épocas e anos distintos, valendo-se dos meios disponíveis para transporte e de poucos recursos para encontrar alojamento e alimentação precária, tudo em nome da ciência a qual se dedicam e que, num raro momento de descanso, podem utilizar algumas horas para lazer ou, até mesmo, participar, eventualmente, de um pequeno roteiro turístico realizado em um domingo ou feriado.

Certa vez, nos anos 60, partindo de Belém, um roteiro fluvial assim organizado, levava um pequeno número de turistas americanos para uma excursão à “selva amazônica”, “alcançada” depois de duas ou três horas de viagem por um igarapé. Em determinado local o guia convidou-os para uma caminhada pela “mata-virgem”, o que foi feito com muito entusiasmo, grande admiração dos participantes e documentada por inúmeras fotografias, até que atingiram uma pequena clareira onde alguns caboclos, calmamente, jogavam futebol. Este fato documenta a falta de seriedade com que algumas pessoas tratavam o turismo no Brasil e o despreparo da pequena empresa que organizara tal evento, uma vez que não houve má-fé ou propaganda enganosa, mas simplesmente, ignorância dos idealizadores de tal acontecimento. A tal “selva amazônica” não passava de um trecho de mata-de-várzea, com sinais evidentes de ter sido já desmatada e sua clareira, agora transformada em campo de futebol, era o que restava do efeito de sucessivas queimadas realizadas no local.

Não é justo ignorar a bibliografia científica existente sobre a Amazônia Brasileira, apesar de todas as críticas que lhe possam ser dirigidas, pois ela é rica e variada. Só os autores de folhetins sobre a grande região procuram negar tal evidência. Em todos os campos do saber, especialistas locais, de grande envergadura intelectual, têm tratado dos mais diversos temas e problemas regionais e muitos outros pesquisadores brasileiros e uns poucos

estrangeiros têm realizado pesquisas com a extensão e a profundidade próprias de dissertações universitárias do mais alto nível.

Propositadamente, deixamos de citar nomes de distintos colegas e pesquisadores para evitar algum lapso involuntário de nossa parte, tendo em vista o aspecto sintético deste artigo; mas, o lembrete se faz absolutamente necessário para esclarecer que é nessa imensa fonte bibliográfica heterogênea que se encontram muitas idéias básicas para o perfeito entendimento do estudo e planejamento do turismo como atividade que exige um tratamento interdisciplinar (REJOWSKI, 1993), tamanha é a importância dos assuntos já estudados e, portanto, divulgados e conhecidos, que merecem a maior atenção por parte daqueles que estão realmente interessados no desenvolvimento do turismo no trópico-úmido da Amazônia Brasileira.

Dentro do trópico-úmido a Amazônia Brasileira se apresenta com aquelas características próprias já assinaladas e que lhe imprimiram marcante originalidade. Sem nenhum receio de errar, podemos afirmar que ela tem vocação hidrófila e florestal. Essa vocação é tão grande que o vocábulo Amazônia está indelevelmente associado a rios e floresta.

Esta é a imagem estereotipada da Amazônia, aquela que todo turista quer ver e sentir em seus roteiros de viagens, ainda que de pouca duração para, com algumas ou muitas fantasias, contar e lembrar, em diferentes oportunidades, após o seu retorno da região.

O turismo atual, interno ou receptivo, na Amazônia Brasileira ainda não conseguiu se livrar daquela outra imagem que permanece enraizada e, neste artigo, denominada turismo habitual. Talvez as condições climáticas do trópico-úmido, pela constância das reduzidas oscilações térmicas do ar, geralmente colocadas entre 25 e 30°C, assim como pelo elevado grau de umidade atmosférica, quase sempre superior a 80%, acenem e convidem, muito mais, ao lazer e ao descanso do que para a prática de esforços fatigantes, especialmente para aqueles turistas que não estão acostumados a conviver em ambiente com tais condições geográfico-ecológicas.

Assim sendo, a feição do turismo atual na Amazônia Brasileira, apesar dos esforços que vêm sendo realizados para dotá-la de uma razoável rede de hotéis, de meios de transportes e de variada programação, encontra sérios embaraços para um melhor desenvolvimento, não só pelo elevado custo operacional, como também pela posição geográfica desse espaço em relação aos focos emissores de fluxos de turismo interno e receptivo.

Esses fatos talvez sirvam para explicar o “porquê” do pequeno período de permanência de turistas na Amazônia Brasileira, o que implica, para o conjunto de seu território, um baixo índice espacial de frequência turística, como denominam nossos colegas portugueses, ou seja, uma baixa capacidade de suporte (*carrying capacity*), elemento de importância primordial a ser

considerado quando se procura, cada vez mais, difundir a idéia de um turismo sustentável para o trópico-úmido amazônico.

Essas idéias são fundamentais para o estudo, pesquisa, planejamento e programas abrangendo a viabilidade do turismo na Amazônia Brasileira; e é muito natural que os especialistas procurem aplicar conceitos já existentes e aproveitados em outros campos do conhecimento humano, adaptando-os às atividades próprias do turismo.

O caso citado é um bom exemplo. *Carrying capacity* é um velho conceito já muito conhecido de agrônomos zootécnicos, zoólogos e botânicos interessados em pastos, pastagens, manejo das pastagens naturais ou artificiais e como aumentá-las em sua capacidade sem expandir a área ocupada, através de várias técnicas, tais como o manejo de pastagens e melhoria dos pastos com a introdução de culturas forrageiras etc.

Esta constante preocupação, por exemplo, fez com que em 1965, no 9º Congresso Internacional de Pastagens realizado em São Paulo, assuntos pertinentes a *carrying capacity* fossem abordados 194 vezes. Portanto, o aumento da lotação das pastagens vem sendo pesquisado com muito sucesso e há muito tempo (SECRETARIA ..., 1966).

Um dos primeiros estudos publicados visando aplicar este conceito às atividades turísticas data de 1973 (BROTHERTON, 1973), e podemos afirmar que tal conceito deve ser sempre levado em consideração quando se deseja controlar o desenvolvimento de um turismo sustentável que não agride as condições ambientais e tampouco coloque em risco o equilíbrio ecológico de qualquer área ou região, principalmente quando se trata de equacionar toda a problemática do turismo numa área em que o equilíbrio ecológico é muito frágil, como é o caso do trópico-úmido amazônico (PENTEADO, 1974).

#### 4 CONCLUSÃO

Todas as considerações feitas neste artigo acabam convergindo para uma série de conclusões sobre o assunto nele abordado.

Em primeiro lugar convém ressaltar que, conforme ficou demonstrado, o turismo no trópico-úmido da Amazônia Brasileira não pode ser amplamente desenvolvido sem considerar as condições geológicas da grande região; tal fato pressupõe a necessidade de se levar em conta conhecimentos proporcionados por muitos ramos do saber e evidenciados pela exaustiva bibliografia científica já existente, o que ressalta a necessidade básica de um tratamento interdisciplinar para qualquer plano ou projeto exequível que envolva seriedade e competência dos componentes das equipes de trabalho que, para tal fim, vierem a ser constituídas.

Em virtude das densidades demográficas não serem elevadas, os recursos humanos disponíveis muito limitados, no que se refere ao contingente populacional, poderiam ser melhor aproveitados se fossem devidamente preparados para exercer as diversas atividades indispensáveis ao desenvolvimento do turismo, formando-se o competente quadro de pessoal técnico, de nível médio e superior. Desnecessário é lembrar que atuam na Amazônia Brasileira escolas públicas e particulares de muito bom nível e diversas universidades federais que poderiam, perfeitamente, se interessar pelo assunto e com grandes possibilidades de êxito.

A criação de outros cursos e de uma nova mentalidade de ensino e de pesquisa ligada ao turismo poderia também se transformar na chave do sucesso de uma conscientização do que seja turismo sustentável.

Não é nosso propósito, e nem caberia neste artigo, propor roteiros ou programas turísticos, mas não seria possível deixar de lembrar que a Amazônia Brasileira possui excepcional aparelho hidrográfico e lagunar que comandou, por assim dizer, a marcha do povoamento, localizando cidades e vilas, roçados e seringais, currais e sítios de habitações dispersas, quase sempre sobre os diques marginais, tesos e terraços ou sobre as margens elevadas dos lagos e de lagoas situadas junto ao leito maior do Amazonas e de outros subsistemas amazônicos ou não, da grande região.

No passado remoto os rios foram as grandes vias de circulação regional; suplantados pela navegação aérea, a fluvial e lacustre persiste no cotidiano das populações dispersas pelas calhas de inúmeros e desconhecidos rios, igarapés e paranás. E isto o turista não vê, porque o turismo não mostra.

Mas, no passado recente mostrava que, onde o calado das embarcações não permitia remontar e alcançar os altos vales da fronteira ocidental, tais locais podiam ser alcançados diariamente graças ao emprego de hidroaviões, como os utilizados pela extinta Panair do Brasil cujas linhas cobriam a Amazônia até o Acre. Hoje, qualquer sobrevôo com o emprego desse equipamento ou de helicópteros permitiria uma perfeita visão da natureza amazônica, sem causar maiores impactos ambientais.

Na medida em que se vislumbra um processo de aproveitamento turístico para o trópico-úmido da Amazônia Brasileira é preciso lembrar que ela poderá receber fluxos de turismo interno e receptivo através de rotas aéreas, terrestres, marítimas, fluviais e mistas. É um grande erro imaginar que todo turista chega e deixa a Amazônia Brasileira utilizando apenas a via aérea; existem várias conexões de rotas e possibilidades de circuitos mistos, como por exemplo, rodo-aérea-fluvial.

Mais do que nunca é preciso verificar a exequibilidade do turismo fluvial, tal como é praticado em outras regiões servidas por vias internas de navegação, especialmente do Velho Mundo, apesar da interrupção durante

o inverno, pois sente-se a necessidade de preparar e executar um planejamento adequado que leve em consideração o fato de ser o Amazonas, com sua bacia hidrográfica, uma extensa rede fluvial já estruturada pela natureza e seu volume de água corresponder a um quinto do débito de todos os rios do nosso planeta.

Qualquer roteiro fluvial com duração de 5 a 7 dias de navegação entre Belém e Manaus, ou vice-versa, a bordo de navio específico para tal tipo de navegação, ou mesmo de transatlântico, tem provocado um efeito multiplicador entre os turistas apreciadores da natureza tropical, do conforto à bordo, da viagem cheia de atrativos, da vivência com o clima quente e úmido da Amazônia Brasileira e da sua exuberante vida orgânica, conseqüência daquela heterogeneidade que lhe é peculiar, e atualmente exaltada como biodiversidade.

Os pacotes turísticos, se bem planejados, poderiam propor alguns roteiros por terra ou por pequenas lanchas a motor (as "voadoras"), mostrando alguns detalhes da mata-de-várzea, da mata de igarapés ou de um sombrio igarapé; outros poderiam levar turistas a pescarias ou a visitar velhos seringais semi-abandonados; e, nos centros urbanos, visitar edifícios com arquitetura colonial, as velhas igrejas, os recantos aprazíveis dos museus, biotérios e jardins botânicos.

Esse talvez seja o turismo que mais interesse possua para que não seja afetado o equilíbrio ecológico do trópico-úmido da Amazônia Brasileira; os turistas não iriam interferir na *carrying capacity*, pois que se entrassem por uma das portas da Amazônia Brasileira, permaneceriam à bordo durante a maior parte de sua estada na área e não ocasionariam danos ao meio ambiente. Em compensação, teriam tido a oportunidade de realizar um dos mais notáveis safaris fotográficos, graças aos cenários do por-do-sol no rio Amazonas, aos pássaros, peixes, árvores, flores e, sobretudo, paisagens verdadeiramente inesquecíveis da viagem ao mundo amazônico.

Para realçar ainda mais a importância do turismo para o desenvolvimento do trópico-úmido da Amazônia Brasileira é preciso considerar que ela é parte integrante de uma área maior - a Pan-Amazônica que abrange trechos da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa, muito embora o arco da Cordilheira dos Andes, que a envolve pelo norte e noroeste, seja responsável por profundas alterações nos quadros naturais sub-regionais. Esse vasto território como um todo, e pela posição que ocupa, pode e deve merecer estudos com abrangência internacional, visando um melhor relacionamento entre os países nele situados e para que se possam por em prática, caso sejam consideradas viáveis e exequíveis, as medidas alternativas que poderiam estar contidas num projeto turístico pan-amazônico.

Como as decisões de planejamento governamental envolvem interesses vários de distintos países, vê-se que elas vão depender inteiramente das diversas políticas nacionais dos países interessados em tal projeto.

Assim sendo, dentro do espírito que norteou a criação do Pacto Amazônico, uma discussão sobre o aproveitamento da oferta e demanda turísticas para o conjunto de toda a extensa e variada região não seria fora de propósito. Com isso até poderiam ser abertas novas portas de entrada e de saída, novos e atraentes roteiros poderiam ser organizados e, sempre de acordo com estudos, propostas e a presença de várias equipes interdisciplinares, o turismo receptivo poderia se constituir em valiosa fonte de divisas para os países integrados em tal processo.

Resta não esquecer que essas considerações finais não passam de simples conjecturas, pois as decisões são sempre de natureza política e, muitas vezes, não há interesse nos resultados das pesquisas acadêmicas, embora muitas delas possuam a extensão e a profundidade das dissertações e teses universitárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACASSIZ, Louis & AGASSIZ, Elizabeth. 1938. *Viagem ao Brasil - 1865-66*. Trad. de E. S. Mendonça. Nacional: São Paulo.
- AMARAL, Ilídio & AMARAL, Ana. 1988. Geografia das regiões tropicais III. 1988. In: ORTA, Garcia de. *Série de Geografia*. Lisboa, v. 13, p. 1-2. (Coleção de Textos Comentados)
- BATISTA, Djalma. 1976. *O complexo da Amazônia*. Conquista: Rio de Janeiro, 292p.
- BROTHERTON, D. I. 1973. *The concept of carrying capacity of countryside recreation areas*. Recr. News, Londres, supp.9, p.6-11.
- CAVALCANTE, Paulo B. 1976. *Frutas comestíveis da Amazônia*. Falangola: Belém, 146p. CNPq. IBBD. INPA. 1963. *Amazônia brasileira (1614-1962)*. Rio de Janeiro, v. 1.
- CNPq. IBBD. INPA. 1972. *Amazônia brasileira (1601-1970)*. Rio de Janeiro, v. 2.
- DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. 1964. *As mais recentes medições do rio Amazonas*. Belém.
- GOUROU, Pierre. 1966. *Les pays tropicaux*. 4 ed. Presses Universitaires de France: Paris, 271p.
- HUMBOLDT, Alexander Von. 1950. *Os quadros da natureza*. Trad. de Assis Carvalho. W. M. Jackson: Rio de Janeiro/ São Paulo/ Porto Alegre, 2v.
- MAIA, Alvaro. 1963. *Banco de canoa. Cenas de rios e seringais do Amazonas*. Sérgio Cardoso: Manaus, 280p.
- MELO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio A. de (coord.). 1990. *Migrações para Manaus*. Fundação Joaquim Nabuco/ Massaregana: Recife, 505p.
- PENTEADO, Antonio Rocha. 1948. Belém do Pará (Primeiros Estudos). *Anuário da FFCL Sedes Sapientiae*, São Paulo, p.57-69.
- PENTEADO, Antonio Rocha. 1958-1959. Panorama do mundo tropical. *Anuário da FFCL Sedes Sapientiae*, São Paulo: PUC, n.16, p.75-98.
- PENTEADO, Antonio Rocha. 1961-1962. De trópico a mundo tropical: a evolução de um conceito. *Anuário da FFCL Sedes Sapientiae*, São Paulo: PUC, p.117-25.
- PENTEADO, Antonio Rocha. 1968. *Belém. Estudo de geografia urbana*. UFFPA: Belém, 2v. (Coleção José Veríssimo)

- PENTEADO, Antonio Rocha. 1974. O homem e o equilíbrio ecológico regional na Amazônia Brasileira. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, p. 3-21.
- PENTEADO, Antonio da Rocha. 1988. Reflexões à margem da ocupação da Amazônia Brasileira. In: LIVRO de homenagem a Orlando Ribeiro. Lisboa, v. 2, p. 601-700.
- PENTEADO, Antonio da Rocha. 1992. Turismo e meio ambiente. Uma síntese geográfica. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.3, n. 1, p. 12-20, maio.
- PENTEADO, Antonio Rocha. 1992. Ocupação racional do espaço da Amazônia Brasileira. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-114, maio.
- PRANCE, G. T. 1989. O papel das pesquisas botânicas na utilização da floresta amazônica. In: AMAZÔNIA. Planarização e moratória ecológica. CERED/INUP/ Fund. Futura: São Paulo, p. 78.
- REJOWSKI, Mirian. 1993. *Pesquisa acadêmica em turismo no Brasil (1975 a 1992). Configuração e sistematização documental*. São Paulo, 2v. Tese (Doutorado) - ECA-USP.
- RIBEIRO, Orlando. 1972. Réflexions sur le métier de géographe. In: ETUDES de géographie tropicale offerts à Pierre Gourou. Paris, p 69-92.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DESÃO PAULO. DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL. 1966. *Anais do IX Congresso Internacional de Pastagens*. São Paulo, v.1 , 911p.
- SILVA, Renato I da. 1970. *Amazônia, paraíso e inferno*. Biblioteca do Exército/Outras Artes: Rio de Janeiro/São Paulo.
- TULIK, Olga. 1992. Turismo e meio ambiente. Identificação de possibilidades da oferta alternativa. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 21-6, maio.